

Ata da reunião virtual do Conselho Nacional de Economia Solidária 30 de outubro de 2024

1 Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às 15h, no ambiente virtual da plataforma
2 *teams*, sob a coordenação do Secretário Nacional de Economia Solidária Gilberto Carvalho, teve início
3 a Reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária. Participaram da reunião, os Conselheiros e
4 convidados: Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária; Fernando
5 Zamban, Diretor de Parcerias e Fomento da SENAES; Marta Fulcar, Chefe de Gabinete da SENAES;
6 Renata Studart, Diretora de Projetos da SENAES; Vanderlucia Simplicio, Coordenadora Geral de
7 Projetos da SENAES; Ary Pereira, Coordenador Geral de Parcerias e Fomento da SENAES; Iracema
8 Moura, Coordenadora da SENAES; Chico Oliveira, Assessor da SENAES; Eduardo Pagot,
9 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Francisco Josué
10 Medeiros de Freitas, representante do Ministério das Cidades; Adalberto Felício Maluf Filho,
11 representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Zander Soares de Navarro,
12 representante do Ministério da Agricultura e Pecuária; Cesar dos Santos, representante do Ministério
13 da Pesca e Aquicultura; Renata Moustapha Correa, representante do Banco Nacional de
14 Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Alfredo Jairo dos Santos, da Rede de Gestores de
15 Políticas de Fomento à Economia Solidária; Arildo Mota Lopes, da União e Solidariedade das
16 Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (INISOL); Celecina Rodrigues dos
17 Santos, do FBES; Kézia Alice dos Prazeres, do FBES; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, do FBES;
18 Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, do FBES; Maria Helena Mendes Pinheiro, do FBES; Kristiany
19 Mariely Bender, do FBES; Geni Rosangela Dias, do FBES; Carlos Alencastro Cavalcanti, do FBES;
20 Abilene Pereira de Brito, do FBES; Tatiane Nascimento Conceição Valente, do FBES; Janiléia Alves
21 dos Santos Silva FBES; Maria Valeria de Moraes Silva, do FBES; Ana Caroline Carmo da Silva, do
22 FBES; Guicelma de Macedo, do FBES; Vicente Raimundo de Almeida Neves, do Grupo de Trabalho
23 da Amazônia (GTA); Sandro Benedito Sguarezi, da Fundação Interuniversitária de Estudos e
24 Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO); José Alex Borges Mendes, da Confederação Nacional
25 de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Marcela Machado Vieira, da
26 Cáritas Brasileira; Rosemary Gomes, da FACES do Brasil – Fórum de Articulação do Comércio Ético
27 e Solidário; Stélio Gama Lyra Junior, da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras
28 e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED); Daniel
29 Seidel, da Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e Admirson
30 Medeiros Ferro Júnior, da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores.
31 **Gilberto Carvalho** deu início à reunião, agradecendo a presença de todos e verificando o quórum. E
32 apresentou uma pauta ajustada com sugestões recebidas, destacando a importância de alinhamento
33 com o Fórum Nacional da Economia Solidária, que sugeriu acréscimos de temas. Gilberto citou os
34 principais pontos que serão discutidos na reunião: o primeiro ponto, e a razão principal dessa reunião,
35 é a Conferência Nacional de Economia Solidária. Segundo ponto balanço geral das conferências
36 nacionais, estaduais, temáticas e livres. Terceiro ponto cronograma geral atualizado com as
37 conferências nacionais e estaduais, incluindo as temáticas e livres. Quarto ponto participação da
38 juventude na conferência nacional. Esses temas referentes a Conferência Nacional de Economia
39 Solidária compõe o primeiro bloco da pauta. No segundo bloco, Gilberto informou sobre a necessidade
40 de oficializar as comissões do conselho, incluindo as de Mulheres, Finanças e outras áreas temáticas
41 que precisam ser instaladas, como demanda da última reunião. O terceiro bloco tratará sobre o
42 CADSOL. Já o quarto bloco será sobre informações do Programa Paul Singer e da Parceria com o
43 SEBRAE. E no quinto bloco apresentação de uma proposta de calendário de reuniões ordinárias do
44 conselho para 2025, visando garantir previsibilidade e evitar a ausência de reuniões. O Fórum sugeriu
45 que fosse tratado o tema do plano nacional de economia solidária e sua distribuição. Gilberto abriu
46 espaço para que os participantes sugerissem ajustes na pauta, como inclusão ou retirada de itens. **José**
47 **Alex (CONAQ)** mencionou que, em edições anteriores, o movimento quilombola teve a oportunidade

de realizar debates específicos e manifestou interesse em garantir um espaço semelhante para discussões temáticas durante a conferência atual. **Greg (ADS CUT)** perguntou se havia alguma atualização sobre os projetos de lei relacionados à economia solidária que pudessem ser compartilhadas com o grupo para entendimento do andamento desses projetos no Congresso. **Tatiane Nascimento** propôs ajustar o tempo de reunião, pois as duas horas iniciais não seriam suficientes para cobrir todos os tópicos. Ela sugeriu combinar as pautas prioritárias e definir um limite de horário para organizar melhor as discussões. **Gilberto Carvalho** concordou em estender a reunião até às 18h e reforçou a necessidade de focar na conferência como ponto principal para que as outras pautas também fossem abordadas sem prejuízo. Ele apresentou a equipe de apoio, incluindo Ary, Iracema, Renata, Marta, e Chico de Oliveira responsável pelo CADSOL e relações internacionais. E informou que Fernando Zamban (Coordenador da 4º CONAES) participaria remotamente, mesmo estando doente. **Fernando Zamban**, foi convidado a iniciar a apresentação das diretrizes e objetivos principais da 4º CONAES, com abertura para debate subsequente. Fernando Zamban iniciou sua fala abordando a convocação das conferências estaduais de economia solidária, ressaltando a mobilização em todas as 27 unidades da federação, uma a mais do que na terceira conferência, quando foram convocadas 26. Esse processo foi articulado tanto por governos estaduais quanto pelas superintendências regionais do Trabalho e Emprego, com várias unidades já em estágios avançados de preparação, enquanto outras encaminharam pedidos de adiamento para deliberação. Ele prosseguiu destacando um ponto positivo do processo atual: a realização de 172 conferências locais, incluindo tanto aquelas de abrangência municipal quanto intermunicipal. Dessas, 128 foram conferências regionais ou intermunicipais, e 44 foram municipais. Esse esforço conjunto cobre aproximadamente 6.675 municípios, um alcance 400 municípios superior ao da terceira conferência nacional de economia solidária. Até o momento, das 172 conferências locais convocadas, 120 já foram realizadas, com variação na mobilização de acordo com o território. Embora a mobilização tenha sido significativa em alguns estados, como por exemplo a Bahia nas etapas locais atraindo até 400-500 participantes, outros estados enfrentaram dificuldades. Estados como Piauí, Amazonas, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Paraná tiveram problemas para realizar suas conferências devido a limitações logísticas e, no caso do Rio Grande do Sul, pela calamidade que o estado enfrentou recentemente. Ele destacou o sucesso geral da mobilização, mas reconheceu as dificuldades de engajamento nos territórios com maior fragilidade econômica. Entrando no segundo ponto de discussão Fernando mencionou que, em fevereiro, a conferência foi transformada em uma quarta conferência nacional, com um plano de cerca de 1.460 delegados. Na época, havia uma expectativa de aumento no orçamento da SENAES, o que possibilitaria uma conferência robusta em Brasília. Contudo, a ampliação orçamentária não se concretizou como esperado, levando à necessidade de reavaliar o formato e os custos. Ele destacou que as tentativas de conseguir fundos extras foram intensas, mas infrutíferas, adiando qualquer decisão de prorrogação da conferência até o último momento. Fernando compartilhou que a conferência planejada teria um custo estimado entre R\$ 10 a R\$ 13 milhões, valor superior ao orçamento disponível da SENAES para 2024 e equivalente ao orçamento para 2025. Fernando destaca que na Proposta de Lei Orçamentaria Anual – PLOA 2025 o orçamento discricionário da SENAES está limitado a R\$ 13,9 milhões, Fernando explicou que, mesmo sendo a conferência uma atividade essencial para o setor, seria arriscado alocar a maior parte desses recursos em um único evento. A SENAES dependerá de recursos discricionários para financiar suas atividades, o que deixa a conferência em situação delicada. Apesar dos esforços para garantir fundos por meio de parcerias, a recente decisão do governo de centralizar patrocínios para priorizar a COP30 em 2025 reduziu o acesso a financiamentos adicionais. Foram discutidas opções como a redução dos pagamentos aos gestores e a busca por locais alternativos, como institutos federais e estádios em Brasília. Contudo, nenhuma dessas alternativas mostrou-se viável, o que levou à consideração de reduzir o número de delegados e adiar o cronograma da conferência nacional. Fernando propôs estender o cronograma da conferência até outubro de 2025, permitindo que estados sem condições de realizar suas conferências este ano pudessem fazê-lo até o primeiro trimestre de 2025. Ele sugeriu também incluir algumas conferências temáticas durante esse

período. Informou que olhando para os espaços disponíveis com valor mais acessível foi encontrado o Centro Nacional de Treinamento (CNT) em Brasília foi identificado como uma opção mais acessível, e a equipe considera essa possibilidade, embora ainda precisem confirmar a viabilidade desse local. Para reduzir custos, sugeriu limitar a conferência nacional a 900 delegados, além dos conselheiros, com o objetivo de organizar um evento que, apesar de menor, ainda fosse representativo. Fernando enfatizou que qualquer decisão sobre o adiamento ou ajuste no número de delegados deve ser feita em conjunto com o conselho, pois afeta diretamente o processo de organização e planejamento estadual. Fernando explicou que essas mudanças não são uma decisão exclusiva da SENAES, mas que deveriam ser discutidas e decididas em conjunto com o conselho, para garantir que todos tenham participação nas modificações do cronograma e do formato da conferência. De posse da palavra **Gilberto Carvalho** abriu a discussão, especificando os três pontos principais: adiamento das conferências estaduais, adiamento da conferência nacional e redução do número de delegados antes de passar a palavra aos conselheiros. Gilberto relatou que, a situação orçamentária está extremamente difícil e mesmo após o envio de uma carta à Casa Civil e ao ministro Rui Costa, ainda não houve resposta positiva. Ele expressou frustração pela falta de suporte, considerando fundamental o investimento em organizações da sociedade civil para o fortalecimento do setor. Ele mencionou que a política de déficit zero do governo está gerando cortes generalizados e explicou que o projeto de lei orçamentária para 2025 segue essa linha de redução de despesas, sem previsões de alívio financeiro para o setor de economia solidária. Como alternativa, Gilberto Carvalho explicou que a SENAES está em negociação com o Banco do Brasil, propondo que o banco administre um fundo do Ministério do Trabalho em troca de um investimento de R\$ 83 milhões na economia solidária. Esses recursos viriam por meio da Fundação Banco do Brasil e permitiriam a implementação de diversos projetos, como a contratação de agentes de economia solidária, caso a negociação seja bem-sucedida. Com o orçamento atual limitado a R\$ 13 milhões, seria inviável gastar R\$ 10 milhões apenas com a conferência, reforçou a necessidade de decisões pragmáticas, como a redução de delegados e o ajuste do cronograma. E esclareceu que essas deliberações seriam feitas com o conselho, dependendo da conjuntura financeira. **Fernando Zamban** informou que quatro estados (Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Amapá) solicitaram oficialmente prorrogações para realizar suas conferências estaduais no próximo ano. Esses pedidos de prorrogação serão considerados no planejamento. Abertura para discussão e votação de três Pontos. **Gilberto Carvalho** convidou os participantes a comentarem livremente sobre esses pontos antes da votação. **Gisleide Carneiro** expressou surpresa e preocupação com a proposta de adiamento, já que a Bahia e outros estados estão com as conferências estaduais em fase avançada de preparação, com serviços e materiais já contratados. Ela destacou que isso complica o trabalho de organização, uma vez que o estado já tem data definida e mobilização em andamento. Ela pediu esclarecimentos sobre como a SENAES pretende lidar com os estados que já estão em fase de implementação do processo e como manter um equilíbrio entre as diferentes realidades dos estados. E reforçou a importância das conferências estaduais como uma etapa essencial para a atualização do plano estadual de economia solidária, afirmando que não podem adiar indefinidamente. Ela pontuou que muitos estados estão em situação similar à da Bahia, prontos para iniciar o processo e com forte necessidade de avançar nos planos estaduais. **Gilberto Carvalho** respondeu, esclarecendo que a SENAES não está interferindo nas conferências estaduais já agendadas. Estados que julguem possível realizar suas conferências em novembro ou dezembro devem seguir com seus cronogramas. O foco da aprovação do adiamento se aplicará apenas aos estados que manifestarem a impossibilidade de realizar suas conferências ainda em 2024, e ao adiamento da conferência nacional. E confirmou que há um calendário das conferências com datas definidas e que essas serão mantidas. **Kristiany Bender** expressou preocupação com o orçamento limitado de R\$ 13 milhões para a Secretaria Nacional, considerando inadequado destinar a maior parte para uma única conferência. Ela questionou o planejamento da SENAES para 2025, especialmente quanto à gestão desses recursos, pedindo mais clareza sobre os planos para o próximo ano. **Ana Caroline** relatou as dificuldades de mobilização em alguns estados, exacerbadas pelos recentes resultados eleitorais. Explicou que muitos municípios estão com apoio limitado para participar

das conferências estaduais, e que, dado esse contexto, um adiamento poderia ajudar a viabilizar a participação. Ela enfatizou que a redução no número de delegados seria prejudicial, especialmente para os estados que já realizaram conferências e elegeram delegados. Ana argumentou que anunciar cortes agora, após a conclusão dessas conferências, prejudicaria a credibilidade do trabalho, frustrando os delegados já eleitos e comprometendo a confiança nas futuras mobilizações. Representando Goiás, ela declarou ser inviável informar os delegados eleitos sobre cortes de última hora, pois isso impactaria diretamente a eficácia das mobilizações e a confiança da base. **Gilberto Carvalho** tomou a palavra para esclarecer um ponto importante. Lembrou a Ana Carolina e a todos os presentes que, até aquele momento, nenhuma conferência estadual havia sido realizada. Explicou que ainda não tinham sido eleitos delegados para a conferência nacional e que a convocação para aquela reunião extraordinária do Conselho tinha justamente o objetivo de definir pontos importantes antes do início das conferências estaduais. E garantiu que nenhum delegado tinha sido escolhido e que, por isso, ninguém ficaria de fora do processo. Esclareceu ainda que a eleição dos delegados só teria início nas conferências marcadas para novembro, e ressaltou a intenção de trazer o tema ao Conselho com antecedência, caso já tivessem as informações necessárias. **Tatiane Nascimento** destacou a relevância de parcerias, como a com a Fundação Banco do Brasil, para impulsionar a economia solidária, enfatizando que uma mobilização de grande escala é necessária para pressionar setores governamentais e parlamentares. Afirmou que o cenário atual exige que o Conselho se faça ouvir em diversos espaços. Enfatizou a necessidade de o conselho adotar uma postura mais assertiva e fazer "barulho", atuando com força política para pressionar o governo. Ela expressou a insatisfação com os resultados limitados alcançados até agora, sugerindo uma reunião presencial para permitir uma mobilização mais eficiente. Tatiane abordou os desafios enfrentados com a constante alteração de prazos e agendas e propôs adiamentos se isso garantisse uma maior participação e envolvimento. Destacou a importância de engajamento das bases e sugeriu o incentivo à criação de planos estaduais e conferências regionais. Enfatizou que o maior déficit do conselho é a ausência de entregas concretas, salientando a importância de uma articulação mais efetiva entre os delegados eleitos para garantir representação e organização a nível nacional. **Arildo - Unisol BR** expressa frustração sobre a falta de apoio financeiro e político para a Secretaria Nacional de Economia Solidária, destacando que o orçamento atual, de 13,9 milhões, é insuficiente para cumprir a missão do setor. Ele reconheceu o esforço de Gilberto e da equipe, mas aponta a dificuldade em mobilizar o apoio de autoridades políticas e da sociedade para fortalecer a Economia Solidária. Arildo levanta preocupações sobre a realização da Conferência de Economia Solidária em outubro de 2025, indicando que seria um inoportuno marcar a 4ª CONAES tão próxima da COP30, que ocorrerá em novembro de 2025 em Belém do Pará e atrairá atenção mundial. O argumento de que essa proximidade poderia comprometer a visibilidade e a eficácia da conferência e baixa mobilização. Ele sugere uma reflexão interna profunda do conselho para definir estratégias, enfatizando que uma economia solidária precisa de compromisso real para superar as atuais limitações financeiras e políticas. Por fim, Arildo pede que o conselho pense a longo prazo, informando que essa reflexão não precisa ser concluída de imediato, mas que deve ser iniciada para um planejamento mais sólido. **Kezia Alice** destaca a urgência de avançar com ações concretas para fortalecer a economia solidária, especialmente diante da aproximação do ciclo eleitoral em 2025 e 2026, que pode impactar o cenário político. Ela manifesta frustração com a falta de progresso significativo no setor, observando que muitas iniciativas populares e pequenos empreendimentos de periferias, que representam a maioria da economia solidária, permanecem desassistidos. Ela sugere reduzir o número de delegados para a conferência, apontando que estados que ainda não conseguiram realizar suas conferências devem reavaliar suas estruturas de organização. Kezia enfatiza a importância de agir sem "emoção", propondo decisões práticas que priorizem a criação de um plano de ação concreto. Kezia encerra com um apelo para a rápida organização da conferência, enfatizando que é essencial para as comunidades vulneráveis. **Francisco Santiago** expressou preocupação com o orçamento e a dificuldade de financiamento para iniciativas de economia solidária, citando o exemplo do Ceará, onde há um edital de 16 milhões para apoiar eventos de agricultura familiar. Ele concordou com as observações

anteriores sobre a necessidade de rever o cronograma da conferência, especialmente para evitar uma sobreposição com a COP30, sugerindo que um adiamento poderia ser benéfico para evitar conflitos de agenda e permitir maior mobilização nos estados. **Alfredo Jairo** sugeriu adiar a conferência para julho de 2025 para evitar a proximidade com a COP30 e manter o número de delegados previamente eleitos, considerando que reduzir esse número poderia causar conflitos nas bases estaduais. Ele defendeu a importância de garantir a participação de todos e a continuidade dos movimentos em prol da economia solidária, sem cortar representantes já eleitos. **Greg ADS CUT** fez uma crítica contundente à falta de recursos e apoio governamental para a economia solidária. Ele questionou o compromisso do governo com essa agenda e mencionou as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais, que têm realizado conferências com recursos próprios devido à ausência de financiamento estatal. Greg sugeriu a necessidade de uma mobilização dos movimentos sociais para pressionar o governo, inclusive propondo uma campanha específica para garantir um financiamento adequado para a SENAES. Ele também relatou suas dificuldades em Brasília ao tentar angariar apoio financeiro para as conferências e expressou frustração com a situação. Ao final, reforçou que a CUT está disposta a colaborar, articulando esforços em diversos estados para pressionar o governo por um maior comprometimento com a economia solidária. **Rosemary Gomes** inicia sua fala sugerindo que é necessário repensar os objetivos da conferência, aponta para a falta de clareza sobre o que realmente se pretende alcançar com o evento. Ela critica o "Sistema S" como principal parceiro, questionando a alocação de recursos e a falta de enfoque em formações de economia solidária e educação popular. Relata decepção com o envolvimento limitado do governo e menciona situações em que esperava maior apoio de figuras políticas como Lula e José Dirceu, destacando um descompasso entre o que é prometido e o que realmente é implementado. Rosemary expressa ceticismo, mencionando que, após duas décadas de envolvimento, vê pouca efetividade e clareza sobre o futuro da economia solidária. Argumenta que o financiamento, sem conexão com comercialização justa, tornou-se uma prioridade questionável. Opina que adiar a conferência para coincidir com a COP30 seria um erro, pois o tema da economia solidária parece não ser prioritário para o governo atual. **Prof. Sandro Sguarezi** reconhece o trabalho da equipe, liderada por Gilberto, apesar dos desafios e da aparente falta de apoio e respeito do governo. Concorde com os colegas sobre a necessidade de uma reunião do fórum para alinhar estratégias e fortalecer o movimento, especialmente com uma proposta de pautar a questão da economia solidária na Casa Civil. Sandro enfatiza que o tempo é curto, já que o governo Lula está próximo do final do segundo ano do mandato. Ele vê a necessidade de fortalecer o processo para garantir avanços concretos, sem os quais teme que o movimento seja prejudicado no longo prazo. **Fernando Zamban** compartilhou, então, o histórico de tentativas da SENAES para obter suplementações orçamentárias, que foram requisitadas ao longo do ano. Ele detalhou que a equipe solicitou valores variados — inicialmente 40 milhões, depois 130 milhões e, em seguida, 70 milhões — mas todos os pedidos foram negados, evidenciando os limites impostos pela situação financeira. Com esse cenário, ele explicou que não haveria condições de custear a participação de delegados além do limite de 900 pessoas, reconhecendo a dureza dessa decisão, mas reforçando sua inevitabilidade. Para atenuar as consequências do ajuste orçamentário, Fernando sugeriu a possibilidade de adiar a conferência nacional para o período entre agosto e outubro, evitando que coincida com a COP, evento que poderia acabar ofuscando as discussões sobre economia solidária. Ele mencionou também a alternativa de buscar apoio dos governos estaduais para cobrir parte dos custos de transporte dos delegados, além de mobilizar ônibus e caravanas para facilitar o deslocamento dos participantes, sendo Brasília mantida como sede por questões de custo-benefício. O tema do número de delegados também foi abordado com cautela. Fernando propôs que a decisão final sobre a quantidade de participantes fosse adiada até que as condições de financiamento estivessem mais claras, sugerindo até mesmo a criação de uma lista de espera para atender a uma possível ampliação de vagas no futuro. Ele considerou que, qualquer que fosse a medida, seria preferível que ajustes no número de delegados fossem comunicados antes das eleições para evitar frustrações e desconforto entre os participantes. **Gilberto Carvalho** começou ressaltando os esforços realizados para garantir recursos para a conferência, destacando que a estratégia atual, planejada em conjunto

248 com o conselho, visa dar visibilidade às questões da economia solidária. Ele reconheceu o desafio de
249 realizar as conferências estaduais e nacionais, especialmente com o orçamento limitado, que implicará
250 na redução do número de delegados. E enfatizou que a situação de falta de recursos é algo que atinge
251 não apenas a SENAES, mas também o Ministério do Trabalho, que enfrenta restrições semelhantes.
252 Gilberto Carvalho esclareceu que o ministro Marinho articulou uma tentativa de viabilizar um projeto
253 com o Banco do Brasil para direcionar recursos à economia solidária, demonstrando a preocupação do
254 ministério com essa questão. A proposta de Gilberto Carvalho foi pensar em novas estratégias para
255 que a economia solidária pudesse se mobilizar e demonstrar sua força. Ela apoiou a ideia de promover
256 uma reunião entre o Conselho e o presidente Lula para discutir como fortalecer a economia solidária
257 em meio a essas dificuldades orçamentárias. Gilberto Carvalho reforçou que, se os recursos para
258 sustentar o número completo de delegados não forem obtidos, será necessário reduzir o número de
259 participantes de modo a viabilizar a conferência, sem abandonar o compromisso com a sociedade civil
260 e com o movimento de economia solidária. Com a palavra **Ary Moraes** iniciou sua fala destacando o
261 desafio que está colocado para todo o movimento da economia solidária, não apenas para a SENAES
262 ou redes específicas, mas para todos os movimentos sociais. Ele mencionou que algumas conferências
263 já se posicionaram contra questões como os juros abusivos e a política de déficit zero, que acabam
264 drenando recursos das políticas sociais para o sistema financeiro. Ary sugeriu que a mobilização é
265 essencial e que, se o movimento decidir seguir em frente com um grande número de delegados, seria
266 importante fazer uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, com uma carta do Conselho
267 pressionando o governo por recursos para a conferência e para o fortalecimento da economia solidária.
268 Ele destacou a importância da participação ativa dos movimentos na construção desse processo e
269 reforçou que a pressão popular é fundamental para influenciar o governo a olhar com mais atenção
270 para as pautas sociais. Por fim, Ary agradeceu, reafirmando sua confiança na força da pressão popular
271 para que o governo se incline um pouco mais para a esquerda e atenda às demandas do movimento.
272 Após **Gilberto Carvalho** iniciou sua fala expressando empatia com a insatisfação dos presentes. Ele
273 lembrou os desafios enfrentados pelo setor da economia solidária, que sempre foi relegado a uma
274 subsecretaria sem grandes recursos no Ministério do Trabalho, e destacou que a economia solidária
275 ainda não é vista como prioridade por muitos no governo. Gilberto revelou que a SENAES recebeu
276 um orçamento muito reduzido na transição de governo, apenas R\$ 2 milhões, o que dificultou bastante
277 o avanço das ações planejadas. Ele criticou o governo por priorizar o déficit zero e a realização da
278 COP30 em Belém, uma escolha que ele considera inadequada e que exige um grande investimento
279 para infraestrutura, desviando recursos de outras áreas. Com relação à economia solidária, Gilberto
280 compartilhou sua frustração pela falta de apoio das estatais, que foram orientadas a priorizar o
281 patrocínio da COP30. Ele mencionou que entregou uma carta ao presidente Lula, que instruiu o
282 ministro Rui Costa a cuidar do assunto, mas até o momento nada foi resolvido. Reconhecendo que a
283 SENAES sozinha não conseguirá avanços significativos, ele reforçou a necessidade de uma
284 mobilização popular e propôs organizar um ato com o presidente Lula, no final de novembro, para dar
285 visibilidade à economia solidária e pressionar por mudanças. Para viabilizar a conferência, Gilberto
286 propôs reduzir em 40% o número de delegados oficiais, permitindo que o restante participe como
287 suplentes, que seriam convocados caso o orçamento seja garantido. Ele também sugeriu adiar a
288 conferência para agosto, para ter mais tempo de planejar e captar recursos. Gilberto concluiu
289 expressando sua frustração com a limitação no programa de agentes, que, devido ao orçamento, só
290 permitirá a contratação de metade dos profissionais planejados. Ao final, ele consultou os presentes
291 sobre a aceitação das propostas, destacando o compromisso de continuar lutando pelo fortalecimento
292 da economia solidária. Gilberto sugeriu uma reunião com o presidente Lula em 29 de novembro,
293 coincidindo com um encontro da Unicopas, para que os movimentos de economia solidária possam
294 expressar suas demandas diretamente. Essa reunião serviria para reforçar a importância do setor e
295 buscar maior apoio governamental. **Alzira Medeiros**, integrante da reunião, reforçou que a proposta
296 não deve diferenciar movimentos e organizações, mantendo a integração entre todos os envolvidos.
297 **Alfredo Jairo** manifestou o apoio da rede de gestores à proposta de Gilberto, destacando a importância

298 de manter um grupo coeso, mesmo que apenas os delegados titulares participem da conferência, caso
299 os recursos sejam insuficientes para cobrir todos. **Janiléia Silva** ressaltou a necessidade de diálogo e
300 reflexão. Ela destacou que o pouco tempo para organizar as conferências estaduais e a reunião com o
301 presidente exige cooperação e flexibilidade, visando que o movimento se fortaleça mesmo diante das
302 limitações atuais. **Prof. Sandro Sguarezi**, endossou a proposta de Gilberto e as observações de Jairo,
303 afirmando que a instituição também apoia a ideia. Ele ressaltou que levará as atualizações à sua base
304 para validação, mas deixou claro que a situação exige ações diretas, destacando a importância de levar
305 as demandas diretamente ao presidente Lula, considerando a necessidade de uma intervenção mais
306 incisiva para que as pautas sejam atendidas. Gilberto reforçou que a data exata da reunião com o
307 presidente seria confirmada na semana seguinte e informou que a negociação com o gabinete estava
308 em andamento para viabilizar o encontro. E também enfatizou a necessidade de uma preparação
309 detalhada para a reunião com Lula, planejando quem falaria e quais pontos seriam abordados,
310 garantindo assim que o encontro fosse produtivo. Quanto aos delegados, ela explicou que uma lista
311 revisada, com distinção entre titulares e suplentes, seria enviada para assegurar a representatividade
312 em cada estado. Ela mencionou que, caso a conferência no Maranhão ocorresse conforme planejado,
313 essa abordagem seria aplicada a partir de então. Finalizando, Gilberto passou a palavra a Fernando,
314 que trataria da atualização do plano de economia solidária discutida na última reunião do Conselho
315 Nacional. **Fernando Zamban** reconheceu que havia uma "dívida" do Conselho com os participantes,
316 pois o plano ainda não estava completamente finalizado. Ele explicou que, nas últimas semanas, a
317 equipe incluindo Alzira, Sandro e Bianca trabalharam intensamente para consolidar as contribuições
318 de diferentes grupos em um documento único. No entanto, ele destacou que ainda falta uma revisão
319 final, com ajustes que incluam as sugestões específicas dos grupos. **Alzira Medeiros** interrompeu para
320 pedir uma questão de ordem, sugerindo que fosse feita uma votação sobre a deliberação, com o registro
321 formal dessa decisão. Gilberto, buscando consenso, questionou se alguém se opunha. Alzira
322 concordou, indicando a importância de verificar se havia alguém contra a proposta antes de seguir
323 adiante. Após discussão, foi decidido adiar a conferência nacional para agosto de 2025, reduzir o
324 número de delegados em 40%, elegendo suplentes para os demais, e autorizar os estados que não
325 puderem realizar suas conferências em novembro e dezembro a realizá-las no primeiro trimestre de
326 2025. Logo em seguida **Raquel da Silva** informou sobre o calendário de conferências temáticas que
327 ocorreram e as que estão previstas para os próximos dias. Ela menciona que algumas já foram
328 realizadas, como a conferência temática de Cultura no Ceará, que ocorreu em 25 de setembro.
329 Recentemente, ocorreu a conferência de Economia Solidária para o Povo das Águas. Ela também lista
330 as próximas conferências: a de Inclusão Produtiva e Cidadania, que contará com a participação de
331 Gilberto e Jairo, será realizada em 9 de novembro; em 10 de novembro, haverá a conferência de
332 Educação. Nos dias 11 e 12 de novembro, será realizada a conferência de Reciclagem, seguida pela
333 conferência de Agroecologia no dia 12 de novembro. Para o próximo ano, estão previstas conferências
334 voltadas para Juventude e para Mulheres, mencionando ainda a participação de Alzira e Sandra.
335 **Francisco Santiago** acrescentou que a conferência de finanças já ocorreu. **Gilberto Carvalho**
336 confirmou essa informação e mencionou que a conferência quilombola estava sendo organizada. Ela
337 também lembrou da conferência livre de economia popular e solidária no meio urbano, marcada para
338 ocorrer no dia seguinte, com a participação de Jairo. **Conferência de Juventude:** Ana Caroline e
339 Renata discutiram a importância da participação dos jovens nas conferências de economia solidária.
340 Foi proposto que os jovens que participarem da conferência temática de juventude possam ser eleitos
341 delegados nas conferências estaduais, caso não se atinja o percentual de 20% de jovens nas
342 conferências locais. **Tatiane Nascimento** enfatizou a necessidade de um documento orientador que
343 trate não apenas da participação de jovens, mas também de cotas para diferentes grupos, como
344 indígenas e quilombolas. Ela apontou que o Amazonas conseguiu incluir esses grupos de maneira
345 significativa, mas destacou que é importante permitir flexibilidade para ajustar as cotas quando houver
346 ausência de participantes de algum grupo. Ela reforçou a dificuldade de organizar as conferências
347 locais, mencionando que os organizadores estão financiando as atividades com recursos próprios,

enquanto o Estado apenas contribui simbolicamente. Por isso, apelou para que o grupo facilite a realização das conferências e possibilite adaptações para garantir a representatividade dentro dos territórios. **Gilberto Carvalho** sugeriu que o ponto fosse encaminhado, enquanto Greg, da CUT, propôs uma aproximação com o Conselho de Juventude, especialmente considerando que estão ocorrendo várias conferências temáticas em novembro. Ele sugeriu convidar o conselho para as conferências do grupo, ressaltando que essa interação pode fortalecer a participação da juventude no contexto da economia solidária. **Atualização do CADSOL:** Chico de Oliveira apresentou os passos para a reativação do CADSOL, incluindo a reunião com as comissões estaduais em 8 de novembro, a capacitação das comissões e o relançamento do CADSOL em 16 de dezembro. Chico explicou que o cadastro, apesar de ser autodeclaratório, precisa de validações adicionais. Atualmente, há 138 pendências de validação e a ideia é lançar uma atualização do CADSOL em 16 de dezembro, juntamente com o relançamento do Observatório Nacional da Economia Solidária. Para aprimorar a base de dados, o Dieese está realizando uma verificação estatística dos empreendimentos já cadastrados, utilizando informações da Receita Federal. Esse processo identificou que, dos 28 mil registros, cerca de 10 mil empreendimentos formais ainda estão ativos. Além disso, Chico comentou sobre uma iniciativa de busca ativa para incorporar também empreendimentos informais que não estão registrados em cadastros oficiais, com apoio de núcleos de economia solidária. Outro ponto levantado foi a revisão dos dados e estrutura do CADSOL para facilitar o preenchimento e adequação às realidades atuais. Chico relatou que uma nova portaria está sendo proposta para reestruturar a representação na comissão nacional, uma vez que algumas entidades representativas já não existem. **Tatiane Nascimento** questionou sobre a gestão do CADSOL, destacando que houve uma paralisação e perguntando se houve alguma retomada com os atores envolvidos anteriormente. Ela mencionou que o Fórum Brasileiro havia apresentado um documento para contribuir na formação do CADSOL e indagou sobre os próximos passos para dar continuidade ao processo, ressaltando que algumas problemáticas surgiram durante a retomada do cadastro e que seria necessário um documento orientador para garantir clareza e recomposição da comissão nacional. **Kristiany Bender** complementou, levantando preocupações sobre a comunicação e organização das atividades. Ela mencionou que a convocação para uma reunião no dia 8 não havia sido comunicada a algumas comissões, como a de Santa Catarina. Kristiany questionou o nível de parceria entre as instâncias regionais e o CADSOL, destacando a importância de um processo de validação criterioso para a busca ativa de empreendimentos, devido ao risco de registro de empresas que não fazem parte da economia solidária. Ela também apontou o problema de grandes cooperativas que se autodeclararam como parte da economia solidária, mas que, após um período sem fiscalização adequada, foram automaticamente aceitas no sistema. Ela ressaltou que uma análise cuidadosa é essencial para distinguir empreendimentos genuínos, perguntando como a comunicação e validação seriam conduzidas para assegurar a qualidade dos dados no cadastro. **Francisco (Chico)** mencionou a intenção de alterar as regras de validação: onde não houver uma comissão estadual ativa, a comissão nacional poderá validar os empreendimentos diretamente, para que a falta de uma instância local não prejudique o processo de inclusão no cadastro. Chico explicou os esforços de comunicação e organização para a reunião do dia 8, esclarecendo que convites foram enviados para todas as comissões estaduais formalizadas ou em fase de criação. A SENAES também se esforçou para contatar estados onde as comissões ainda estão sendo estruturadas, garantindo a participação na reunião. Ele destacou que essa reunião não será conclusiva, mas sim uma oportunidade para orientar sobre o processo de retomada do CADSOL, discutir capacitações e definir quais comissões estão ativas. Chico enfatizou que, com a renovação do cadastro a cada dois anos, nenhum registro é automaticamente validado, sendo necessária uma análise cuidadosa para confirmar que entidades listadas em cadastros anteriores ainda estão ativas e fazem parte da economia solidária. Esse processo de validação se tornará ainda mais importante no recadastramento, que envolve uma busca ativa de empreendimentos informais, uma parte essencial da economia solidária. Ele mencionou que, a partir de dezembro, será iniciado o processo para estabelecer a estrutura das comissões estaduais, usando redes como fóruns e membros do conselho para solidificar

398 a formação dessas comissões. Embora algumas comissões já existam, muitas não desempenharam
399 plenamente suas funções devido a processos inacabados. Chico também citou o lançamento de um
400 manual do CADSOL e tarefas pendentes que serão discutidas com as comissões para fortalecer a
401 gestão do cadastro. Além disso, Chico explicou que o GT já fez recomendações para a revisão da
402 portaria, incluindo sua composição e conteúdo, e que novas sugestões estão sendo consideradas para
403 aprimorar o sistema de cadastro em parceria com o pessoal do MGI. Ele destacou que o objetivo é
404 simplificar o cadastro, evitando torná-lo excessivamente longo para não desmotivar os
405 empreendimentos na participação. **Malu** questiona a definição de empreendimentos informais,
406 destacando a necessidade de caracterizar empreendimentos individuais e coletivos dentro da economia
407 solidária. Malu questionou como esses grupos seriam inseridos no CADSOL. E levantou a questão
408 sobre a definição de empreendimentos informais, mencionando a necessidade de caracterizar tanto
409 empreendimentos individuais quanto coletivos. Ela destacou a importância de incluir grupos culturais
410 e feiras, além de empreendimentos populares urbanos. E perguntou como a equipe está pensando em
411 definir esses empreendimentos informais. **Maribel** relatou problemas de comunicação com a
412 SENAES, mencionando que o Rio Grande do Sul não recebeu convites para reuniões importantes e
413 não teve seus e-mails respondidos. **Malu** também mencionou que a comissão do Rio Grande do Norte
414 não recebeu convites. Ela relatou que o Rio Grande do Sul enviou um e-mail em 15 de maio
415 informando sobre a comissão permanente, mas não recebeu resposta. E também mencionou que a
416 comissão do Rio Grande do Norte não recebeu convites para a reunião do dia 8, pedindo para registrar
417 essa informação. Chico explicou que a reunião do dia 8 é parte de um processo contínuo e que revisarão
418 quem recebeu os convites. Ela pediu para que aqueles que não receberam o convite enviem um e-mail
419 para cadsol.senaes@trabalho.gov.br para resolver a questão. **Celecina** destacou que a comissão
420 estadual do Rio de Janeiro não está funcionando e questionou se o diálogo será apenas com as
421 comissões estaduais e que o conselho estadual é ineficaz. Ela perguntou se o diálogo será apenas com
422 as comissões estaduais, mencionando a importância de acionar conselheiros municipais. Chico
423 explicou que o processo de validação do CADSOL não foi concluído, resultando na falta de senhas
424 para as comissões estaduais. Ela mencionou que algumas comissões municipais também receberam e-
425 mails para participar da discussão. Chico explicou que o processo de validação do CADSOL não foi
426 concluído, resultando na falta de senhas para as comissões estaduais. Ele mencionou que algumas
427 comissões municipais também receberam e-mails para participar da discussão. E detalhou que nenhum
428 processo do novo CADSOL foi analisado e que é necessário concluir o processo de validação, que
429 envolve a comissão estadual e, em alguns casos, comissões municipais. **Deliberações:** Adiamiento da
430 Conferência Nacional de Economia Solidária: A conferência será adiada para agosto de 2025. O
431 número de delegados será reduzido em 40%, com suplentes para os demais. Estados que não
432 conseguirem realizar suas conferências em novembro e dezembro poderão fazê-las no primeiro
433 trimestre de 2025. Reunião com o Presidente Lula: Planejamento de uma reunião com o presidente
434 Lula. Plano de Economia Solidária: Finalizar o plano atualizado, que passou por ajustes na última
435 reunião do conselho. Participação da Juventude: Eleger jovens que participarem da conferência
436 temática de juventude como delegados nas conferências estaduais, caso a cota de 20% de jovens não
437 seja atingida nas conferências locais. Mobilizar contatos de jovens nos estados para garantir a
438 participação nas conferências de juventude. Reativação e Atualização do CADSOL Realizar uma
439 reunião em 8 de novembro com as comissões estaduais para reativar o CADSOL. Capacitar comissões
440 estaduais e municipais para validação de empreendimentos. Relançamento do CADSOL em 16 de
441 dezembro. Revisão da portaria do CADSOL para permitir validação de empreendimentos pela
442 comissão nacional onde não houver comissões estaduais. Implementar busca ativa para recadastrar
443 empreendimentos de economia solidária. Errata para Conferências: Elaborar uma correção no
444 documento orientador para permitir justificativas de ausência de jovens ou outras cotas. Definição de
445 Empreendimentos Informais: Estabelecer critérios para caracterização de empreendimentos informais,
446 incluindo grupos coletivos e individuais. Conferências e Comissões: Confirmar o convite para a
447 reunião de 8 de novembro a todos os membros das comissões estaduais e municipais. Concluir a

448 validação dos cadastros de empreendimentos. Atualizar composições das comissões estaduais e
449 municipais para garantir contatos corretos. Estabelecer um cronograma de validação da portaria no
450 Grupo de Trabalho e no Conselho Nacional. **Gilberto Carvalho** propôs continuar a reunião na
451 próxima terça-feira, dia 5 de novembro, às 15:00, para discutir pontos pendentes, incluindo a criação
452 de comissões do conselho nacional e informes sobre parcerias e programas, deu por encerrada a reunião
453 com o Conselho Nacional de Economia Solidária. E para que fique devidamente documentado, a
454 presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, trinta
455 de outubro de dois mil e vinte e quatro.